

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

5 - CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

5.1. **PREÇO:** Valor Estimado para a Prestação de Serviços/fornecimento: R\$_____ (_____). No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.1.1. O pagamento pela prestação dos serviços em questão, objeto deste contrato, será efetuado em moeda corrente, através de ordem bancária, sem juros e atualização monetária, mediante a apresentação de nota fiscal com os comprovantes de abastecimentos ocorridos durante o mês, emitida em nome da Camara Municipal de Minduri, devidamente atestada pelo fiscal, acompanhado de relatório de Fiscalização do setor.

5.2. **DO PAGAMENTO:** Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

5.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.4. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 02(duas) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

5.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

5.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

5.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço/ fornecimento nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

5.9. LIQUIDAÇÃO.

5.9.1. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

5.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.12. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

5.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.17. Os órgãos da administração pública direta da Câmara Municipal de Minduri-MG, inclusive suas autarquias e fundações, haverão de efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda incidente sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas físicas e jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações,, nos mesmos moldes aplicáveis aos órgãos da Administração Pública Federal. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.

5.18. Não serão retidos os valores correspondentes ao Imposto de Renda - IR na fonte, nos pagamentos efetuados a pessoas físicas ou jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, e suas alterações, na forma da lei.

5.19. As pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão, no ato da assinatura do contrato, apresentar ao órgão ou à entidade declaração de acordo com o modelo constante do Anexo IV da IN RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012, em 2 (duas) vias, assinada pelo seu representante legal, para fins de não retenção do IR na fonte.

5.20. Alternativamente à declaração de que trata o caput, a fonte pagadora poderá constatar a permanência do contratado no Simples Nacional, mediante consulta ao Portal do Simples Nacional, e anexar cópia da consulta ao contrato ou documentação que deu origem ao pagamento, sem prejuízo de o contratado informar imediatamente ao contratante, qualquer alteração da sua permanência no Simples Nacional.

5.21. As exigências previstas nas cláusulas 5.19 e 5.20, aplicam-se no caso de prorrogação do contrato ou a cada novo contrato, ainda que nas mesmas condições do anterior.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

- 5.22.** Os prestadores de serviços e fornecedores de bens deverão emitir documentos fiscais em conformidade com as regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n.º 1.234/12, e suas alterações, sob pena de não aceitação por parte dos órgãos e entidades mencionados na cláusula 5.17.
- 5.23.** Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus à contratante.
- 5.24.** Os documentos fiscais emitidos em desacordo com o previsto no caput deste artigo, caso não possam ser substituídos ou retificados, darão causa à retenção do IR na fonte, na forma prevista no Decreto Municipal n.º 3.047 de 31 de outubro de 2023.
- 5.25.** Se a Nota Fiscal ou Fatura for apresentada em desacordo ao contratado ou com irregularidades, o prazo para pagamento ficará suspenso, até que a Contratada providencie as medidas necessárias à sua regulamentação formal, não implicando qualquer ônus para a Administração.
- 5.26.** Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação, não cabendo a esta pleitear reajuste de preço, atualização monetária ou quaisquer outros direitos que entender cabível.
- 5.27.** O acompanhamento para fins de liquidação contratual se dará através do fiscal: Karine Kelly Ribeiro, por sua vez, o contrato será acompanhado pelo gestor: Raissa Carvalho Rocha.

5.28. PRAZO DE PAGAMENTO

- 5.28.1.** O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

5.29. FORMA DE PAGAMENTO

- 5.29.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta correntes indicadas pelo contratado.
- 5.29.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 5.29.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 5.29.4.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

5.29.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6 - CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento apresentado pelo vencedor da licitação em sua proposta, salvo nos casos dispostos:

a) A Lei n. 14.133/2021 estabelece que as alterações quantitativas devem observar o limite de 25% de acréscimo ou supressão no caso de bens e serviços e de 50% de acréscimo no caso de reformas de edifícios ou equipamentos. Para atender ao interesse público, a contratada é obrigada a aceitar esses aumentos. Temos, portanto, uma alteração unilateral. Não é possível que as supressões ultrapassem esse limite. Nesse caso, a alteração deve ser consensual.

b) Para atender ao interesse público, também é possível que os contratos sejam alterados qualitativamente. O objeto contratual não pode ser alterado, entretanto algumas mudanças podem ser realizadas, desde que seja fundamentada.

c) A Administração tem a obrigação de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos, nos termos do art. 37 da Constituição Federal. Para atingir essa finalidade, ela pode efetuar reajustes, repactuações e reequilíbrios.

d) A escolha do índice de reajuste é essencial na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contratos continuados. Segundo a jurisprudência atual, devem ser priorizados índices específicos ou setoriais. Na ausência desses, pode-se adotar índices gerais.

6.2. A necessidade de se realizar alterações quantitativas e qualitativas é percebida durante a execução do contrato. Essa necessidade pode surgir de uma demanda empresarial ou da necessidade pública identificada pelos fiscais de contrato e validada pelo gestor contratual.

6.3. Os reajustes de preços se darão em conformidade com o disposto no art. 82, § 5º, inciso IV, e art. 124, inciso II, d, da Lei Federal n.º 14.133/2021, sem prejuízo de outras normas de regência cabíveis.

6.4. Quaisquer mudanças contratuais devem ser provadas e fundamentadas.

6.4.1. O reajuste será realizado por apostilamento.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

7 – CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- 7.1.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com a ata ou contrato e seus anexos;
- 7.2.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na ata ou no contrato;
- 7.3.** Emitir Ordem de Serviço/fornecimento, devidamente datada e assinada.
- 7.4.** Efetuar pagamento, mediante a apresentação da respectiva NOTA FISCAL, tendo a Administração o prazo de até 30 (trinta) dias para efetuar o pagamento.
- 7.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, podendo para tanto, sustar, recusar, ou pleitear a substituição dos serviços que não atendem às especificações e descrições licitadas, suas normas, especificações técnicas usuais ou que atentem contra a segurança dos usuários ou de terceiros;
- 7.6.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.7.** Aplicar ao contratado as sanções e penalidades previstas na lei, Ata e contrato, quando for o caso;
- 7.8.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da ata ou Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 7.9.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da ata ou contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8 - CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 8.1.** A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste termo de referência, seus anexos e sua proposta, se for o caso, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 8.2.** Efetuar a entrega/ Prestação do serviço do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste termo e seus anexos, se for o caso, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

8.2.2 Conforme especificações abaixo:

ITEM	
01	<p>Cargos: 03 (três) cargos Sendo eles:</p> <p>Tecnico Legislativo 02 (dois) cargos Escolaridade Mínima: Ensino médio completo (curso médio regular ou técnico em qualquer área) Carga horaria semanal: 30 (trinta) horas Salario: R\$ 2,500.00 (dois mil e quinhentos reais)</p> <p>Auxiliar de Serviços Gerais 01 (um) cargo Escolaridade Mínima: Ensino fundamental completo. Carga horaria semanal: 40 (quarenta) horas Salario: R\$ 1,700.00 (um mil e setecentos reais)</p> <p><u>Obrigações Gerais:</u></p> <p>Caberá à empresa contratada responsabilizar-se, especialmente, pelas seguintes atividades, dentre outras que se fizerem necessárias para o adequado processamento do concurso público e cumprimento integral das normas e instruções pertinentes do TCE/MG:</p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração do edital do concurso;• Divulgação do concurso e do edital em site próprio na internet;• Recebimento e processamento das inscrições;• Divulgação, em página eletrônica de acesso público e previamente divulgada no edital, de avisos, decisões e resultados atinentes ao concurso;• Expedição de comunicações e convocações aos candidatos inscritos, via e-mail, SMS e/ou whatsapp;• Orientação ativa à Câmara Municipal para adoção de todos os procedimentos e providências necessários ao adequado andamento do concurso, especialmente o cumprimento das instruções e exigências do TCE/MG;



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

- Elaboração das provas objetivas;
- Aplicação e correção das provas objetivas;
- Orientação para análise e decisão de eventuais recursos contra o edital, as provas e os resultados;
- Emissão dos relatórios de pontuação após correção das provas (resultados) e de relatório de homologação final, contemplando todos os aprovados por ordem de classificação;
- Elaboração de dossiê do concurso, contemplando todos os elementos administrativos concernentes ao certame, que servirá de base para a Câmara Municipal e para o TCE/MG, quando da realização de eventual auditoria.

Outros Parâmetros:

- Prazo estimado (desejado) para conclusão do concurso: máximo de 6 meses, salvo em havendo intercorrências que provoquem suspensão ou adiamento do certame.
- Pretende-se aplicar apenas provas objetivas, não havendo avaliação de títulos.
- A Câmara Municipal responsabilizar-se-á por disponibilizar o local para aplicação das provas, a serem realizadas na sede do município de Minduri;
- Caberá também à Câmara a responsabilidade e os ônus pelas publicações oficiais a serem realizadas (editais e avisos), mediante orientação da contratada;
- Caso haja demandas judiciais decorrentes do processo de concurso público, a empresa contratada deverá prestar assessoria à Câmara Municipal, elaborando subsídios de mérito para defesa nas ações, quando versarem sobre procedimentos do concurso e cláusulas do edital.
- Os valores das taxas de inscrição serão arbitrados pela contratante, e serão creditados em conta bancária da Câmara Municipal, mediante emissão de boletos ou via sistema PIX, cujos códigos e instruções serão fornecidos aos candidatos por meio do website da contratada na internet, no ato do pedido de inscrição. Caberá à contratante formalizar convênio com instituição bancária



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

para emissão dos respectivos boletos bancários ou geração de códigos individuais de PIX, e caberá à contratada orientar tecnicamente a contratante quanto aos parâmetros para tal convênio.

Atividades da ETAPA 1 – Edital e Inscrições:

- Elaboração e montagem da minuta do edital, a ser submetida à aprovação da Câmara;
- Elaboração de cronograma geral;
- Orientação à Câmara sobre forma e prazos para publicação do edital e/ou seu extrato, bem como a respectiva remessa ao TCE/MG;
- Especificação de programas de estudos para cada cargo;
- Elaboração e definição do conteúdo e bibliografia para as provas;
- Recebimento das inscrições por via eletrônica, através do *site* da empresa, e presencial, através de local, equipamentos e servidor da Câmara Municipal;
- Seleção e nomeação da banca examinadora;
- Treinamento ao servidor encarregado do recebimento das inscrições e/ou orientação aos candidatos (se for o caso);
- Análise de todas as inscrições efetivadas, objetivando suas homologações;
- Emissão de relatório de candidatos em ordem alfabética, contendo cargo e número de inscrição e as inscrições indeferidas, mediante fundamentação.

Atividades da ETAPA 2 – Elaboração e Aplicação de Provas:

Elaboração da prova objetiva

Com questões inéditas, em conformidade com o nível de escolaridade e as atribuições dos cargos, por intermédio de profissionais especializados, sendo que as provas conterão pelo menos 40 questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) ou 5 (cinco) alternativas.

Elaboração de Provas Especiais:

Na hipótese de haver candidatos portadores de necessidades especiais, a empresa se responsabilizará pelo recebimento dos laudos médicos que comprovem a deficiência e, em caso de solicitação de prova especial, ficará a cargo da empresa a preparação das provas de acordo com cada necessidade e a contratação de profissionais técnicos capacitados (intérpretes) para eventuais traduções.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

- **Outros procedimentos**

- Relativos às provas e pertinentes à contratada;
- Análise técnica das questões, com revisão de sua redação, antes da impressão das provas;
- Digitação e edição das provas;
- Impressão dos cadernos de questões;
- Manutenção do sigilo das questões e da segurança da prova;
- Verificação dos locais para aplicação das provas e definição das datas em conjunto com a Comissão de Concurso;
- Distribuição dos candidatos no local das provas;
- Emissão da relação geral dos candidatos em ordem alfabética, contendo o local de realização das provas;
- Mapeamento e identificação das salas para a realização das provas;
- Elaboração dos materiais de apoio para a realização da prova, tais como etiquetas para envelopamento dos cartões de respostas, lista de presença, etiquetas para envelopamento de questões, cartões de respostas e relatórios;
- Acondicionamento e transporte dos cadernos e grades ao local das provas, com o devido lacre garantidor de sigilo e segurança;
- Treinamento e contratação do pessoal envolvido na aplicação da prova (caso não possua ou não utilize pessoal próprio);
- Aplicação efetiva das provas, com a presença de sua equipe de coordenação;
- Elaboração de ata e lista de presença;
- Ampla divulgação do gabarito oficial, logo após o término das provas;
- Correção dos cartões de respostas;
- Emissão de boletins individuais e relatório de notas de todos os candidatos;
- Correção e entrega dos resultados das provas escritas;
- Emissão do relatório das notas dos candidatos para publicação.

Atividades da ETAPA 3 – Revisão de Questões e Recursos:

Recebimento dos recursos encaminhados segundo as regras definidas em edital;

Encaminhamento dos pedidos de revisão à banca examinadora para análise;

Fundamentação das respostas aos pedidos de recursos impetrados, com emissão de parecer individualizado;

Atualização, quando necessário, dos gabaritos oficiais e das notas das provas.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

8.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990);

8.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Pregão o objeto com avarias, defeitos ou em desacordo com a descrição constante do item 2;

8.5. Comunicar à contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste termo;

8.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato, se for o caso.

8.7.1. Manter seus empregados sujeitos as normas disciplinares da Câmara Municipal de Minduri – MG, porém sem qualquer vínculo empregatício com o órgão; Responder, ainda, por quaisquer danos causados diretamente a bens de propriedade da Câmara Municipal de Minduri – MG, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados durante o fornecimento do produto;

8.8. O fornecimento/Serviço do objeto, quando não corresponderem às exigências pertinentes ou executar de forma não satisfatória, serão notificados pela má execução/fornecimento, devendo ser corrigido pela Compromissária imediatamente, independentemente da aplicação das penalidades legais e aplicáveis à questão.

8.9. Comunicar ao CONTRANTE toda e qualquer anormalidade relacionada com a execução do Contrato firmado entre as partes.

8.10. O atendimento deverá se dar com qualidade, presteza e prazo certo.

8.11. O prazo de garantia dos itens do objeto licitado será até a data final do Contrato firmando com o/a vencedor(a), contra vícios ou defeitos de fabricação, a contar do seu efetivo recebimento pela Administração.

8.12. A Compromissária será a única responsável por eventuais danos ou acidentes (trabalhista ou rodoviário) a terceiros que forem constatados durante a execução do Contrato;

8.13. A Compromissária obriga-se a comparecer, sempre que solicitada aos Departamentos de Compras e Licitações e/ ou ao Departamento Requisitante, em horário por estes estabelecido, a fim de receber instruções e/ou participar de reuniões;

8.14. A Compromissária obriga-se a comunicar aos Departamentos de Compras e de Licitações, caso seja necessária intervenção jurídica, toda e qualquer alteração de

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

seus dados cadastrais, para atualização, sendo sua obrigação o manter, durante o Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.15. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados por seus empregados, em razão de imprudência, imperícia ou negligência, bem como os danos causados a terceiros no desempenho dos serviços/fornecimento, na forma da lei;

8.16. Na ocorrência de acidentes de que possam ser vítimas seus empregados, no desempenho de funções, no decorrer durante o fornecimento, a responsabilidade será única e exclusivamente da licitante vencedora;

8.17. Manter-se durante, toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.18. A empresa de forma alguma, não pode subcontratar;

8.19. Responsabilizar-se pela entrega do material, ressaltando que todas as despesas de transporte e outras necessárias ao cumprimento de suas obrigações serão de responsabilidade exclusiva da contratada;

8.20. O retardamento na entrega do objeto/execução de serviços não justificados, considerar-se-á como infração contratual;

8.21. A **CONTRATADA** se responsabilizar: É de total e exclusiva a responsabilidade encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do CONTRATO, no caso de contratação de pessoal. A inadimplência da **CONTRATADA**, referente a esses encargos, não transfere à **CONTRATANTE** responsabilidade por seu pagamento;

8.22. Por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a **CONTRATANTE**;

8.22.1. Pelos danos causados diretamente à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto.

9 - CLÁUSULA NONA-OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1 . As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2 . Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3 . É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

9.4 . A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

9.5 . Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6 . É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7 . O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8 . O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9 . O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.10 Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.11 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.12 Os contratos de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

10 - CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

a. Sem garantia contratual.



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Todas as sanções previstas nos Incisos I, II, III e IV, do art. 156, da Lei Federal n.º 14.133/2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, conforme disposição legal contida no § 6º, Inciso II;

11.1.1 - Da aplicação das sanções previstas incisos I, II e III, do caput do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

Parágrafo único. O recurso de que trata do item acima será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2 - Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do *caput* do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.3 - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.4 - A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e no histórico das empresas em sítio eletrônico oficial.

11.5 - A Administração Pública Municipal, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, deverá informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), e no histórico das empresas em sítio eletrônico oficial.

Parágrafo único. Para fins de aplicação do disposto no caput os prazos das sanções previstas nos incisos I, II, III e IV, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, poderão correr conjuntamente, não sendo necessário o término de um prazo para início de outro.

11.6 - A sanção prevista no inciso III, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III,



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

IV, V, VI e VII, do *caput* do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.7 - A sanção prevista no inciso IV, do art. 156, da Lei n.º 14.133/2021, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII, do *caput* do art. 155, do mesmo diploma normativo, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII, do *caput* do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

SESSÃO II

11.8 - Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas previstas neste regulamento, as seguintes sanções, consideradas a dosimetria da pena:

V - Advertência;

VI - Multa;

VII - Impedimento de licitar e contratar;

VIII - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9 - Na dosimetria das sanções administrativas aplicadas com fulcro na Lei 14.133/2021 serão considerados:

VI - A natureza e a gravidade da infração cometida;

VII - As peculiaridades do caso concreto;

VIII - As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX - Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

X - A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

SESSÃO III

11.10 - A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração Pública, e será:

IV - Interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* deste artigo;



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

V - Suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

VI - Suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

SESSÃO IV

É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

VI - Reparação integral do dano causado à Administração Pública;

VII - Pagamento da multa;

VIII - Transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IX - Cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

X - Análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

Parágrafo único. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII, do caput do art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO CONTROLE DE QUALIDADE

12.1. A avaliação da qualidade do Serviço/produto ora licitado com relação à descrição, deverá ser de 1ª linha em qualidade, características, especificados no Edital será procedida por ocasião da entrega/ efetuado e, sempre que os responsáveis pela execução julgarem necessárias, poderão exigir teste ou comprovação técnica através da análise de serviços / amostras colhidas pelo órgão fiscalizador.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.4. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.10. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 desta Lei;
- b) - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;
- c) - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;
- d) - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;
- e) - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descum-



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

primento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

13.11. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia; (caso tenha exigido)

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, nas dotações abaixo discriminadas:

DOTAÇÃO	UNIDADE E RECURSO
1.02.00.01.031.001.2.0004 – 500	– Municipal
3.3.90.39.00	

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – VINCULAÇÃO AO EDITAL (Art. 92, II)

17.1. Nos termos do art. 92, inciso II, da Lei n.º 14.133, as partes (CONTRATANTE e CONTRATADO) estão vinculadas ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

19. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

19.1. De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, consequentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, tem-se nomeados os seguintes servidores para gestão e fiscalização do contrato:.

19.2. Por tal, caberá tão somente a fiscalização quanto à recepção do objeto e verificação da conformidade do material com as exigências deste termo.

19.3. Caberá ao servidor em comento, para além da obrigação outrora estipula, fiscalizar a execução do objeto licitado, observando os prazos, condições e eventuais violações à execução do mesmo.

19.4. A fiscalização de que trata o item anterior não exclui ou reduz a responsabilidade da Contratada quanto aos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do objeto licitado ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vício redibitório ou emprego de material inadequado ou em qualidade inferior.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – FORO (art. 92, §1º)

20.1. É eleito o Foro de Cruzília-MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Minduri – MG, de..... de 2025

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais
ANEXO IV

DECLARAÇÃO UNIFICADA (DISPONÍEL EM WORD)

A empresa [NOME DA EMPRESA], inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº [CNPJ], sediada em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], por meio de seu representante legal, [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL], portador da Carteira de Identidade nº [NUMERAÇÃO, DATA DE EXPEDIÇÃO E ÓRGÃO EMISSOR], e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº [CPF], [NACIONALIDADE DO REPRESENTANTE], [ESTADO CIVIL DO REPRESENTANTE], residente e domiciliado em [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], DECLARA, para todos os fins legais para todos os fins legais

- Que a sua PROPOSTA DE PREÇO compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas. Declara ainda que está plenamente ciente do teor e da extensão desta Declaração, bem como detém plenos poderes e informações para firmá-la. Os preços ofertados, são de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas, assumindo-as como firmes e verdadeiras;
- que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.
- que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

- O licitante organizado em cooperativa declara, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa declara, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.
- DECLARA, sob as penas da Lei, que seus sócios, não possuem em qualquer vínculo com Câmara MUNICIPAL DE MINDURI-MG.

De pessoa jurídica de idoneidade moral ilibada perante a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

- **A empresa citada se enquadra como microempresa no que diz respeito à Lei Complementar 123/06 e 147/14. Porém não ultrapassou o limitado estipulado §2º do Art. 4 da Lei 14.133/21**

[LOCAL], [DIA] de [MÊS] de 2025

Assinatura do Representante Legal da Empresa



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

ANEXO V

MODELO DE PROPOSTA

MODELO DE CARTA DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA FINAL PARA APRESENTAÇÃO DOS SERVIÇOS/FORNECIMENTO (DISPONÍVEL EM WORD)

A SER APRESENTADA APÓS A DISPUTA E READEQUADA AO ÚLTIMO LANCE

TIMBRE DA EMPRESA

(Nome da empresa, CNPJ e endereço da empresa)

AO (A) Agente da Contratação (A) da Câmara Municipal de Minduri/MG

LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025 – PROCESSO Nº 026/2025

Fornecedor:

CNPJ:

Endereço:

CEP:

Telefone:

Banco:

Cidade:

Agência:

Inscrição Estadual:

Bairro:

Estado:

E-mail:

Conta Corrente:

VALIDADE DA PROPOSTA: no mínimo 60 (sessenta) dias.

PREVISÃO DE ENTREGA:

CONCORDAMOS COM TODAS AS CONDIÇÕES DO EDITAL:

Senhor Fornecedor: Para sua maior segurança, observe as condições estabelecidas no Edital:

Lote/ item	Qtd e.	Unid .	Especificações	Marca / Model o	Preço Unitário R\$	Preço Total R\$
---------------	-----------	-----------	----------------	--------------------------	--------------------------	-----------------------

1

Valor Total e final por extenso do Item: R\$
(.....)

LEGISLATURA 2025/2028 - CNPJ 07.400.574/0001-04 Rua Rio Grande do Sul, nº 100, Centro, Minduri-MG, CEP 37447-000

Telefone: (35) 3326-1429 | E-mail: camara@camaraminduri.mg.gov.br

Câmara Municipal de Minduri



Estado de Minas Gerais

NO CASO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, ASSINALE:

() Declaramos para os devidos fins, que somos Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, e que fazemos prova de tal condição com os documentos enviados – DOCUMENTAÇÃO, conforme previsto no Edital.

IMPORTANTE:

- 1.** Fica a municipalidade com o direito assegurado de contratar ou rejeitar esta proposta se assim lhe convier, sem que ao fornecedor caiba qualquer reclamação ou indenização.
- 2.** A assinatura do fornecedor implica a sua total aceitação das regras deste processo licitatório.
- 3.** Os preços terão validade de 60 (sessenta) dias.
 - Declaramos que nesta proposta estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, transporte (carga e descarga) até o destino, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

XXXXX de de 20__.

Nome da empresa + Carimbo
Nome do responsável legal da empresa
RG do responsável
CPF do responsável

IMPRENSA OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL
DE BOM JARDIM DE MINAS

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO DE PRAZO E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 98/2024, Processo Administrativo nº 129/2024. Concorrência nº 10/2024, firmado com a empresa MF Farias Engenharia Ltda, tendo por objeto a execução

da reforma do colégio localizado no Distrito de Taboão. 5º aditivo tem por finalidade a prorrogação dos prazos de execução e de vigência contratual. O novo prazo contratual tem início em 10 de novembro de 2025 e com término em 30 de

dezembro de 2025, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato. O termo aditivo foi autorizado pelo Bom Jardim de Minas. 07 de novembro de 2025. José Francisco Matos e Silva. Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CARRANCAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARRANCAS/MG - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 166/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2025. Torna pública a abertura de licitação do tipo menor preço por Lote, para Aquisição de Motores parcial

novos e peças para veículos SPRINT 416/516 em atendimento a secretaria municipal de Educação. O edital completo no site www.carrancas.mg.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) ou junto a Prefeitura Municipal.

Mais informações pelo e-mail licitacao@carrancas.mg.gov.br ou pelo telefone (35) 3327-1107. Data da Sessão: 09/12/2025. Horário de início da Sessão: 09h. Local/Link da sessão eletrônica: <http://carrancas.licitapp.com.br>

PREFEITURA MUNICIPAL
DE DIVISA NOVA

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVISA NOVA - MG
AVISO DE PREGÃO

Pregão Eletrônico 34/2025 - Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas. Tipo: menor preço global. Aco-

lhimento das propostas: das 16h30min do dia 25/11/2025 até as 08h do dia 10/12/2025. Data e hora da disputa: 10/12/2025 às 09h. Local Sítio: <https://bll-compras.com>. Mais informações e edital completo, junto à Prefeitura Municipal de Divisa Nova, situada

à Praça Presidente Vargas, nº 01, Centro, pelo telefone (35) 3286-1200, pelo e-mail: licitacao@divisanova.mg.gov.br ou pelo site www.divisanova.mg.gov.br. Divisa Nova, 24 de novembro de 2025 - Daniela Carolina Figueiredo Araújo - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE TAQUARAÇU DE MINAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2025

O Município de Taquaraçu de Minas, em cumprimento ao disposto da Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, TORNA PÚBLICO a abertura de Processo Licitatório nº 051/2025, modalidade Pregão Eletrô-

nico nº 30/2025, com abertura no dia 08 de dezembro de 2025 às 09:00 horas, no endereço eletrônico AMM LICITA (www.amm-licita.org.br), cujo objeto é Registro de Preços para futura e eventual aquisição de pincéis de quadro branco e recargas para atendimento as escolas da

rede municipal de ensino de Taquaraçu de Minas. Informações complementares poderão ser obtidas à Rua Dr. Tancredo Neves, 225, centro, ou pelo telefone (31) 3684-1111 > Renilde Aparecida Mendonça Ferreira - Secretária Municipal de Educação - Taquaraçu de Minas/MG, 24/11/2025.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE SERITINGA

Prefeitura Municipal de Seritíngia - Aviso de Licitação. Processo nº 132/2025, Pregão Eletrônico nº 37/2025. Objeto: Registro de Preços visando futura e eventual de contratação de empresa para fornecimento de Dieta Enteral Nutrison Soya Fiber 1.2 sabor baunilha, conforme condições e especificações contidas no Termo de Referência - Anexo I do Edital e seus anexos. A sessão pública deste Pregão Eletrônico será realizada no dia 10/12/2025 às 08:30 horas, perante o sistema eletrônico provido pelo (a)

BLL Compras no endereço eletrônico <https://compras-br.com.br/>. O Edital estará disponível através dos Sites: <https://comprasbr.com.br/>, <http://seritinga.mg.gov.br/> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Informações pelo telefone (35) 3322-1129 ou Email: licitacao@seritinga.mg.gov.br - Seritíngia, 24/11/2025. Lucíula Arantes Pereira - Agente de Contratação.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE REESÍDUOS SÓLIDOS - Aviso de anulação de licitação. A

Comissão Permanente de Licitação Informa que o Processo Licitatório nº 01/2023, modalidade Pregão Presencial nº 01/2023, realizado em 19 de dezembro de 2023, foi anulado com base no art. 49 da Lei 8.666/93 e justificativa fundamentada no processo. Quaisquer dúvidas poderão ser esclarecidas junto à Comissão Permanente de Licitação na Prefeitura Municipal de Seritíngia - MG, Praça Sete de Setembro Centro - Seritíngia - MG. Selmar Fernando Maia Couto - Presidente. 26 de janeiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE NOVO CRUZEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO CRUZEIRO/MG - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÕES ELETRÔNICOS Nº 44, 45 E 46/2025. O município de Novo Cruzeiro - MG torna pública a realização dos seguintes pregões eletrônicos: PE nº 44/2025 no dia 08/12/2025 às 08h:00min. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos zero km tipo: caminhonete cabine simples, caminhonete cabine dupla, veículo hatch, minivan 07 lugares, veículo sedan, caminhão de carga, van, van com acessibilidade,

motocicleta; PE nº 45/2025 no dia 09/12/2025 às 08h:00min. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de oxigênio gasoso medicinal para manutenção das unidades médicas e postos de saúde, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Saúde; PE nº 46/2025 no dia 09/12/2025 às 11h:00min. Objeto: registro de preços para futura e eventual aquisição de plantas ornamentais, mudas, árvores, grama e insumos de jardinagem, visando atender as demandas de manutenção, revis-

talização e paisagismo de praças, jardins, canteiros, lagoadores públicos, escolas, unidades de saúde e demais espaços pertencentes ao Município de Novo Cruzeiro/MG; Integra dos editais e demais informações atinentes à disposição dos interessados na divisão de Licitação através do telefone 33 3533-1758, e-mail oficial: licitacoes@novocruzeiro.mg.gov.br e site oficial do município <http://novocruzeiro.mg.gov.br/>; Data: 25/11/2025. Katherine Camargos de Macedo - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA

PREFEITURA MUNICIPAL DA CAMPANHA/MG - CNPJ nº 18.712.174/0001-42. Torna público Extrato de Edital - Processo nº 00167/2025 - Modalidade: Pregão Eletrônico nº 00058/2025. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE HORTIFRUTS - VALOR ESTIMADO R\$ 331.676,10 (trezentos e trinta e três mil, seis-

centos e setenta e seis reais e dez centavos) - dotação 2025: 02.02.02.4490.52.00-04.122.0004-3.001; 02.10.01-3390.30.00-13.392.0031-4.107; 02.06.02-3390.30.00-10.301.0015-4.052; 02.07.05-3390.30.00-15.452.0020-4.075 - Data: 09/12/2025 às 13:00 horas. LOCAL: O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, site

www.portaldecompraspublicas.com.br. Informações site: www.campanha.mg.gov.br ou na Depto de Compras e Licitações - Rua Dr. Brandão, nº 59 - Campanha - MG. Fone: 0800-326-1427 - e-mail: licitacaocampanha@gmail.com. Campanha/MG, 24 de novembro de 2025 - Silvano Domingos da Silveira - Depto de Compras e Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CACHOEIRA DA PRATA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRA DA PRATA/MG
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 37/2025.

Prefeitura Municipal de Cachoeira da Prata/MG. PI nº 074/2025 - PE 37/2025. Aviso de Licitação: registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes, materiais de consumo e mobiliário para atender as diversas secretarias municipais, que será realizado na data de 09/12/2025, às 09:00, através do Portal AMM licita (<https://ammlicita.org.br>), informações pelo e-mail: licitacao@cachoeiradaprata.mg.gov.br, ou pelo site cachoeiradaprata.mg.gov.br/ <https://ammlicita.org.br>

Luiza da Silva Neto - pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CRUZÍLIA

AVISO DE SUSPENSÃO

O MUNICÍPIO DE CRUZÍLIA - MG, torna público a suspensão do PROCESSO Nº 123/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº

052/2025, registro de preços para aquisição de material esportivo.

A sessão que ocorreria na data do dia 25/11/2025 será suspensa em razão da adequação do edital.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE PASSA VINTE

O Município de Passa Vinte/MG retifica o Edital do Pregão Presencial nº 35/2025, Processo nº 309/2025, acrescentando a exigência de Engenharia Mecânica a cláusula 6.5.4. As demais disposições do edital permanecem inalteradas.

Devido à alteração, o prazo foi reaberto, ficando a sessão remarcada para 05/12/2025, às 09h. O edital retificado está disponível no site oficial da Prefeitura. Informações adicionais podem ser obtidas no setor de Licitações e Contratos.

CÂMARA MUNICIPAL
DE ITUTINGA

A Câmara Municipal de Itutinga/MG torna público a abertura do processo licitatório nº 023/2025, Pregão Eletrônico 001/2025. OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de reforma, reconstrução e revitalização, incluindo serviços de obras de adequação estrutural, elétrica e hidráulica, além de pintura e modernização das instalações, da Câmara Municipal de Itutinga. Data

da sessão: 09/12/2025 (nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco) Horas: 09h00min. Link <https://camaradeitutinga.licitapp.com.br/>. O tipo e critério de julgamento será o menor preço global. Interessados poderão obter o edital no endereço: <http://itutinga.cam.mg.gov.br/>. Itutinga, 24 de novembro de 2025. Ithonnatan Ribeiro Marques da Silva - Presidente da Câmara.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE
SAÚDE DAS VERTENTES-CISVER

RETIFICAÇÃO Nº 05 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 - PROC. LIC. 018/2024 - INEXIGIBILIDADE 002/2024. O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DAS VERTENTES - CISVER torna público o ato da 5ª Retificação do Edital de Chamamento Público, competência Novembro de 2025, para o "Credenciamento de pessoas jurídicas da área de saúde para prestação de serviços complementares especializados de saúde a serem realizados na clínica de diagnóstico do CISVER, e nas instalações dos credenciados, de acordo com as tabelas I, II e III para atendimento aos usuários do sistema de saúde dos municípios". LOCAL: O recebimento da documentação para a credenciamento ocorrerá através do e-mail: licitacoes@cisver.mg.gov.br. TELEFONE PARA CONTATO: (31) 39895-2715 PERÍODO: Indeterminado. MODOS: ABERTO. O edital encontra-se disponível nos sites www.cisver.mg.gov.br e <https://pnpc.gov.br/app/editais/031988329000168/2024/19>. São João del-Rei, 24/11/2025. Anderson Sieraldi de Paula, Presidente do CISVER.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE JACUTINGA

PUBLICAÇÃO DE AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACUTINGA - MG. Aviso de Licitação. Encontro aberto junto a esta Prefeitura Municipal o Processo nº. 177/2025, modalidade Pregão na forma Eletrônica para contratação de empresa para prestação de serviços integrados de Tecnologia da In-

formação sob o nº 100/2025, do tipo menor preço. INÍCIO DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA: 25/11/2025. FIM DE RECEBIMENTO DA PROPOSTA: 09/12/2025 às 08h59min. ANÁLISE DA PROPOSTA E INÍCIO DA DISPUTA: às 9h do dia 09/12/2025. LOCAL: SCPI - Portal de Compras <https://portal.scpcloud.net:9083/comprasedital/>. O

instrumento convocatório em inteiro teor estará à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 09h às 17h, na Praça dos Andradas, s/n, Jacutinga - MG, CEP 37590-000. O EDITAL PODERÁ SER OBTIDO PELO SITE: www.jacutinga.mg.gov.br - Dúvidas pelo e-mail: pregao@jacutinga.mg.gov.br - A/C Monica C. M. Felippini - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL
DE MINDURI

Aviso de Licitação, Processo 094/2025, Pregão Eletrônico 028/2025, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MANUTENÇÃO E DESMONTAGEM DE ESTRUTURAS EM GERAL PARA EVENTOS A SEREM REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE MINDURI/MG, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES, TAIS COMO PALCOS, TENDAS, ILUMINAÇÃO, SONORIZAÇÃO, BANHEIROS QUÍMICOS, GRADIS E DE-MAIS ITENS CORRELATOS, CONFORME AS DEMANDAS E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS PELOS ÓRGÃOS SOLICITANTE, DURANTE O PERÍODO DE VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. O dia da Sessão 05/12/2025, às 08hrs, mais informações e-mail licitacaominduri@gmail.com ou Tel.: 35 - 33261219.

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Número do Processo: nº

002/2025 - Dispensa de Licitação nº 002/2025

CONTRATANTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE MINDURI - IPMM, inscrito no CNPJ 09.584.171/0001-80. OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação atuarial para o exercício de 2026 em atendimento ao IPMM de Minduri - MG. PERÍODO PARA ENVIO/RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 26/11/2025 até 01/12/2025. HORÁRIO FINAL PARA ENVIO/RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até 09 h:00 min do dia 01/12/2025 - Horário de Brasília. E-MAIL PARA SER ENVIADO AS PROPOSTAS: licitacaominduri@gmail.com. LOCAL: A SER ENTREGUE AS PROPOSTAS (OBS.: Se não for enviada por e-mail): Rua Penha, nº 99, Centro, Minduri-MG CEP 37.447-000 - Prefeitura Municipal de Minduri-MG - Setor de Licitação. Horário 8h às 11h / 13h às 16h. DATA E HORÁRIO DA FASE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 01/12/2025 às 09h:10min. PREFERÊNCIA

ME/EPF/EQUIPARADAS: Não, conforme o inciso II do art. 49 da Lei 123/06. LINK PARA ACESSO: - IPMM - Instituto de Previdência Municipal de Minduri. VALOR MÉDIO ESTIMADO: R\$ 11,350.00 (onze mil trezentos e cinquenta reais).

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2025 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 001/2025 TIPO: Menor VALOR TOTAL GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa especializada para a organização, elaboração e realização de Concurso Público da Câmara Municipal de Minduri-MG. DATA DA SESSÃO: 28 de Novembro de 2025. LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: Plataforma de Licitação - Licitar Digital, link: www.licitardigital.com.br. PERÍODO DE ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS: até as 08:00hrs. Horário da FASE DE LANCES: 08:00 às 09:00 hrs. Valor médio estimado: R\$ 55.622,25 (cinquenta e cinco mil seiscentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).



LICITAÇÕES

[ANO 2025](#) [ANO 2024](#) [ANO 2023](#) [ANO 2022](#) [ANO 2021](#)

Mostrar 10 ▾ registros

Procurar:

Documentos Publicados

ID

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA / PROCESSO LICITATÓRIO 26/2025

Descrição:

Contratação de empresa especializada para a organização, elaboração e realização de Concurso Público da Câmara Municipal de Minduri-MG,

2143

Downloads até o momento: 6

[Clique aqui para realizar o download \(formato: PDF\)](#)

EM BREVE / PROCESSO LICITATÓRIO 25/2025

Descrição:

Contratação integrada para realização de serviços de obras, visando a instalação de calhas, pingadeiras e telhas galvanizadas com fornecimento de todo os materiais, equipamentos, ferramentas e mão de obra necessários, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência em atendimento a Câmara Municipal de Minduri-MG.

2142

Downloads até o momento: 1

[Clique aqui para realizar o download \(formato: PDF\)](#)

EM BREVE / PROCESSO LICITATÓRIO 24/2025

Descrição:

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva do elevador instalado na Câmara Municipal de Minduri-MG, com fornecimento de peças, componentes e acessórios para garantia sua plena operacionalidade.

2141

Downloads até o momento: 1

[Clique aqui para realizar o download \(formato: PDF\)](#)

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 026/2025

DISPENSA SEM FASE RECURSAL Nº. 01/2025

A(O) **PREFEITURA MUNICIPAL DE MINDURI/MG, CNPJ: 17.954.041/0001-10**, representado pelo(a) Autoridade competente, Sr(a). **Raissa Carvalho Rocha**, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação da modalidade **dispensa sem fase recursal**, Nº 01/2025, Processo Administrativo nº 026/2025, com amparo legal na **Lei 14.133/2021, Art. 75, II (Dispensa por valor - Bens e Serviços Comuns)**, para futuras negociações, a ser realizado na Plataforma de Licitações Eletrônicas Licitar Digital - Plataforma De Compras.

Detalhes do Processo:

ID do processo: 84571

Objeto: Contratação de empresa especializada para a organização, elaboração e realização de Concurso Público da Câmara Municipal de Minduri -MG

Data de Publicação: 25/11/2025 13:07:52

Data da disputa/Fim do envio de propostas: 28/11/2025 08:00:00

Critério de julgamento: Menor Preço

Modo de disputa: Aberto

Valor total do processo: R\$ 55.622,25

Consulte o processo em: <https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/84571>

Raissa Carvalho Rocha - Autoridade competente

PREFEITURA MUNICIPAL DE MINDURI/MG, 25 de Novembro de 2025.



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

PORTARIA Nº 017/2025

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO A SER CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI/MG E A EMPRESA RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Presidente da Câmara Municipal de Minduri-MG, no uso de suas atribuições legais, especialmente as previstas na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis;

CONSIDERANDO que a Câmara Municipal de Minduri conta, atualmente, com apenas duas servidoras comissionadas em seu quadro funcional;

CONSIDERANDO que tais servidoras manifestaram formalmente o interesse em participar do concurso público a ser realizado, razão pela qual devem ser afastadas de qualquer ato administrativo, decisão, acompanhamento, fiscalização, gestão ou atividade relacionada ao certame, de modo a preservar a isonomia, lisura, transparência e imparcialidade do processo seletivo;

CONSIDERANDO que, em razão desse impedimento, e com o objetivo de garantir regularidade, segurança jurídica e prevenção de conflitos de interesse, a Presidente da Câmara solicitou à Prefeitura Municipal de Minduri que realizasse o procedimento licitatório destinado à contratação da empresa organizadora do concurso;



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

CONSIDERANDO que, mesmo com o processo licitatório conduzido pela Prefeitura, caberá à Câmara Municipal acompanhar, fiscalizar e gerir o contrato a ser celebrado, conforme preceitua o art. 8º e o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO a necessidade de designar formalmente o Gestor do Contrato e os Fiscais do Contrato, nos termos da legislação vigente,

RESOLVE:

Art. 1º. A Presidente da Câmara Municipal, Vereadora Raissa Carvalho Rocha, atuará, excepcionalmente, como **GESTORA DO CONTRATO** que será celebrado entre a Câmara Municipal de Minduri/MG e a empresa organizadora do concurso público.

§1º. Compete ao Gestor do Contrato, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

- I – coordenar as atividades de acompanhamento da execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações pactuadas;
- II – supervisionar o trabalho dos fiscais do contrato e consolidar as informações enviadas por eles;
- III – adotar providências administrativas necessárias para garantir a adequada execução do objeto;
- IV – solicitar esclarecimentos, ajustes e medidas corretivas à contratada quando necessário;
- V – manter atualizados os documentos, registros, comunicações e relatórios relacionados à gestão do contrato;
- VI – elaborar e assinar o Relatório Final de Gestão do Contrato;
- VII – encaminhar ao setor competente informações para eventuais sanções administrativas, prorrogações, alterações ou rescisões contratuais.



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

Art. 2º. Fica designada a servidora pública municipal do Poder Executivo, Karine Kelly Ribeiro, para atuar excepcionalmente, como **FISCAL DO CONTRATO** que será celebrado entre a Câmara Municipal de Minduri/MG e a empresa organizadora do concurso público.

§1º. Compete ao Fiscal do Contrato, além das atribuições previstas na legislação aplicável:

I – acompanhar a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações técnicas pela empresa contratada;

II – registrar, em relatório próprio, todas as ocorrências observadas durante a execução;

III – comunicar imediatamente ao Gestor do Contrato qualquer irregularidade, risco, atraso, descumprimento ou situação que exija providências superiores;

IV – certificar, quando for o caso, o recebimento provisório de produtos, serviços, fases ou entregas contratuais;

V – verificar se a contratada mantém as condições de habilitação exigidas ao longo do contrato;

VI – garantir que todas as informações relevantes estejam documentalmente registradas.

§ 2º. O acompanhamento da execução contratual pelos fiscais não transfere a eles as responsabilidades administrativas ou financeiras do contrato, que permanecem com a Administração.

§3º. A servidora designada para atuar como fiscal do contrato continuará exercendo normalmente suas atribuições habituais no âmbito da Prefeitura Municipal, acumulando-as com as atividades fiscalizatórias ora atribuídas, sem prejuízo do desempenho de suas funções ordinárias e observadas as regras de independência, segregação de funções e dedicação compatível com a complexidade do acompanhamento contratual.

Art. 3º. Fica expressamente proibido às servidoras da Câmara Municipal de Minduri - tendo declarado interesse em participar do concurso



Câmara Municipal de Minduri

Estado de Minas Gerais

público - atuarem em qualquer fase, decisão, preparação, fiscalização, gestão ou apoio administrativo relacionado ao contrato referido nesta Portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação por afixação em local de costume.

Minduri –MG, 24 de novembro de 2025.

RAISSA CARVALHO
ROCHA:14421906638

Assinado de forma digital por
RAISSA CARVALHO
ROCHA:14421906638
Dados: 2025.11.24 08:45:18 -03'00'

RAÍSSA CARVALHO ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Minduri - MG

PUBLICADO NO MURAL
CÂMARA MUNICIPAL DE MINDURI

Maria Carolina de S. Oliveira
Coordenadora Administrativa